



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Superintendência Regional Sul
Divisão De Orçamento, Finanças e Logística
CENTRAL ADMINISTRATIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SR-III

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL

PREGÃO Nº 03/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 35014.057576/2021-15

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços continuados de vigilância, composto pelos serviços de vigilância ostensiva desarmada com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e monitoramento remoto de dispositivos de vigilância eletrônica e de vistoria de pronta resposta, além de contratação de horas eventuais, sob demanda, para as unidades vinculadas à Superintendência Regional Sul do INSS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS	DESCRIPÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	CÓDIGO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÁXIMO A SER ACEITO PELA ADMINISTRAÇÃO
GRUPO 1 – PARANÁ						
1	Posto de vigilância diurno, escala 30 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	1884	R\$ 4.805,44	R\$ 9.053.456,64
2	Posto de vigilância diurno, escala 44 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	492	R\$ 6.306,70	R\$ 3.102.895,20
3	Posto de vigilância diurno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23647	Posto de trabalho/mês	36	R\$ 12.347,00	R\$ 444.492,12
4	Posto de vigilância noturno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23957	Posto de trabalho/mês	120	R\$ 14.603,18	R\$ 1.752.381,96
5	Horista Diurno	23507	Horas	5976	R\$ 29,27	R\$ 174.906,48
6	Horista Noturno	23507	Horas	5976	R\$ 34,46	R\$ 205.917,84

7	Posto de monitoramento remoto das centrais de alarme	23825	Posto de trabalho/mês	996	R\$ 619,39	R\$ 616.912,44
TOTAL GRUPO 1						R\$ 15.350.962,68

GRUPO 2 – SANTA CATARINA

8	Posto de vigilância diurno, escala 30 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	2028	R\$ 3.886,00	R\$ 7.880.805,96
9	Posto de vigilância diurno, escala 44 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	156	R\$ 5.232,15	R\$ 816.215,40
10	Posto de vigilância diurno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23647	Posto de trabalho/mês	72	R\$ 10.152,65	R\$ 730.991,04
11	Posto de vigilância noturno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23957	Posto de trabalho/mês	108	R\$ 11.986,44	R\$ 1.294.535,64
12	Horista Diurno	23507	Horas	4752	R\$ 23,82	R\$ 113.174,76
13	Horista Noturno	23507	Horas	4752	R\$ 28,08	R\$ 133.458,60
14	Posto de monitoramento remoto das centrais de alarme	23825	Posto de trabalho/mês	792	R\$ 619,39	R\$ 490.556,88
TOTAL GRUPO 2						R\$ 11.459.738,28

GRUPO 3 – RIO GRANDE DO SUL 1

15	Posto de vigilância diurno, escala 30 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	1800	R\$ 3.805,83	R\$ 6.850.487,16
16	Posto de vigilância diurno, escala 44 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	540	R\$ 5.158,21	R\$ 2.785.435,20
17	Posto de vigilância diurno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23647	Posto de trabalho/mês	84	R\$ 9.881,40	R\$ 830.037,60
18	Posto de vigilância noturno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23957	Posto de trabalho/mês	120	R\$ 11.737,02	R\$ 1.408.443,00
19	Horista Diurno	23507	Horas	4536	R\$ 23,44	R\$ 106.325,76
20	Horista Noturno	23507	Horas	4536	R\$ 27,71	R\$ 125.681,88
21	Posto de monitoramento remoto das centrais de alarme	23825	Posto de trabalho/mês	756	R\$ 619,39	R\$ 468.258,84
TOTAL GRUPO 3						R\$ 12.574.669,44

GRUPO 4 – RIO GRANDE DO SUL 2

22	Posto de vigilância diurno, escala 30 horas de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante	23507	Posto de trabalho/mês	1176	R\$ 3.785,05	R\$ 4.451.212,92
23	Posto de vigilância diurno, escala 44 horas de segunda a	23507	Posto de trabalho/mês	216	R\$ 5.118,75	R\$ 1.105.649,52

	sexta-feira, envolvendo 1 vigilante					
24	Posto de vigilância diurno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23647	Posto de trabalho/mês	48	R\$ 9.797,57	R\$ 470.283,12
25	Posto de vigilância noturno, escala 12x36 horas de segunda a domingo envolvendo 2 vigilantes	23957	Posto de trabalho/mês	12	R\$11.715,95	R\$ 140.591,40
26	Horista Diurno	23507	Horas	3816	R\$ 23,31	R\$ 88.947,60
27	Horista Noturno	23507	Horas	3816	R\$ 27,57	R\$ 105.221,16
28	Posto de monitoramento remoto das centrais de alarme	23825	Posto de trabalho/mês	636	R\$ 619,39	R\$ 393.932,04
TOTAL GRUPO 4						R\$ 6.755.837,76
TOTAL GERAL						R\$ 46.141.208,16

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário para o item por demanda (horista), uma vez que deverá ser aferida mensalmente as horas prestadas para apurar o valor a ser pago à contratada; empreitada por preço unitário para o Posto de Monitoramento remoto das centrais de alarme, visto que a execução depende da efetiva disponibilização dos equipamentos por parte do INSS e Empreitada por Preço Global para os itens com dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que referem-se a preço certo e total, passível de mensuração.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, SEI [3812761](#), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme detalhado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de Vigilância Ostensiva e Monitoramento remoto para as unidades vinculadas à Superintendência Regional Sul do INSS.

3.2. Incluímos os seguintes itens à descrição constante nos Estudos Preliminares:

3.3. Os serviços serão licitados e contratados em 04 (quatro) grupos: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul 1 e Rio Grande do Sul 2.

3.4. Os serviços de Vigilância Ostensiva e Monitoramento Remoto serão contratados conjuntamente.

3.5. Os Serviços de Vigilância Ostensiva serão contratados em 6 (seis) modalidades distintas:

3.5.1. Vigilantes 30 horas: deverá cumprir sua jornada de 2º a 6º com a jornada diária de 6h, **com gozo do intervalo de 15 minutos a serem acrescidos na jornada ou liberação para pequenos intervalos informais sem desconto na jornada de trabalho, quando autorizado em CCT, conforme necessidade do INSS;**

3.5.2. Vigilante 44 horas: deverá cumprir sua jornada de 2º a 6º com a jornada diária de 8h48min, **com intervalo de almoço, podendo ser o mínimo estabelecido na CCT, conforme necessidade do INSS;**

3.5.3. Vigilante 12 x 36 diurno: Posto envolvendo 02 vigilantes com indenização do horário de intervalo, pois o INSS necessita que não haja afastamento do posto no período de serviço;

3.5.4. Vigilante 12 x 36 noturno: Posto envolvendo 02 vigilantes com indenização do horário de intervalo, pois o INSS necessita que não haja afastamento do posto no período de serviço;

3.5.5. Horista diurno e noturno: a ser ativado automaticamente quando ocorrer acionamento do alarme e houver necessidade de guarda do local até que seja restabelecida a segurança do local ou em trabalhos extraordinários, previamente agendado com antecedência mínima, preferencialmente, de 5 (cinco) dias. Essas horas eventuais poderão ser remanejadas entre todas as unidades que englobam o contrato a ser firmado e, ainda, caso não utilizadas durante o mês, poderão ser usadas dentro do período da vigência contratual (12 meses).

3.6. O serviço de monitoramento remoto de dispositivos de vigilância eletrônica e de vistoria de pronta resposta será contratado por intermédio de postos através das centrais de monitoramento, e de vistoria de pronta resposta, conforme descrição detalhada neste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva no caso da Vigilância Ostensiva e sem dedicação exclusiva no caso das horas eventuais e monitoramento remoto, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços serão prestados de forma indireta, através de empresa habilitada, nos imóveis pertencentes ou utilizados pelo INSS, em conformidade com as normas que regulam o setor. Dada a sua natureza e finalidade, os serviços deverão ser desenvolvidos de forma contínua e ininterrupta, respeitado o prazo limite estabelecido em Lei.

4.3. Os serviços de vigilância ostensiva patrimonial desarmada serão exercidos no interior dos estabelecimentos, e serão executados por pessoal do quadro funcional próprio da empresa contratada e ficam obrigados ao cumprimento do disposto na Lei nº 7.102/83 e legislação pertinente, Decreto nº 89.056/83 e Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, e serão prestados com disponibilização de mão de obra exclusiva, pois:

4.3.1. os empregados da Contratada ficarão à disposição nas dependências da Administração Contratante;

4.3.2. a Contratada não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis da contratação para execução simultânea de outros contratos; e

4.3.3. possibilitará a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. Tratam-se de serviços continuados por satisfazerem necessidade permanente e contínua da Administração por mais de um exercício financeiro, e assegurarem a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos ou entidades. A interrupção da execução contratual compromete a prestação do serviço público com o cumprimento da missão institucional, conforme o art. 15, caput, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

4.6. Os serviços de vigilância ostensiva e de monitoramento são da mesma natureza e a prestação por contratados distintos pode frustrar todas as soluções de segurança requeridas para os mesmos, motivo pelo qual os referidos serviços serão contratados em conjunto, conforme permissivo contido na alínea "a" do item 9 no Anexo VI-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, de modo que as propostas serão registradas por item e os lances também serão ofertados por item, no entanto o julgamento será efetuado por Grupo/Lote.

4.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.8. Na presente licitação não será admitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, conforme Acórdão 1240/2008 –

TCU – Plenário, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Seja devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade, com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva e por demanda;

5.1.2. Que utilize pessoal e equipamentos adequados ao ambiente das unidades, de forma a refletir resultados produtivos e melhoria no atendimento prestado à sociedade;

5.1.3. Que ofereça proposta que atenda aos parâmetros definidos para o objeto da licitação e apresente preço compatível com a finalidade estabelecida; e

5.1.4. Que atenda as diretrizes emanadas da Lei 7.102/83.

5.1.5. Fornecer todos os equipamentos necessários à execução do contrato, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigente,

5.1.6. Fornecer uniformes e seus complementos conforme especificações deste Termo de Referência e das CCTs Vigentes.

5.1.7. Fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) a seus funcionários de acordo com a legislação vigente.

5.1.8. Critérios e práticas de sustentabilidade – Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais contidos na instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis não contemplam itens específicos para os serviços a serem contratados, porém, mesmo não sendo objetos de utilização direta, a empresa deverá seguir os preceitos descritos nos Estudos Preliminares, no que couber.

5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte: **5173-30**

5.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá realizar vistoria** nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme declaração constante no Anexo VI do Edital.

7.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços de vigilância ostensiva (com dedicação exclusiva de mão de obra e por demanda) será iniciada de acordo com o término da vigência dos atuais contratos firmados pelas Gerências Executivas, conforme tabela abaixo:

PARANÁ

Número	Nº do processo	GEX	Contratado	Vigência	Fim	Data de Início
1402220/2016	35194.000189/2015-80	LONDRINA	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	01/08/2016 a 01/08/2021	30/11/2021	1º/12/2021
1402402/2016	35198.000004/2016-88	PONTA GROSSA	EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA – EIRELI	02/03/2016 a 02/06/2021	30/11/2021	1º/12/2021
1402107/2020	35014.117658/2020-37	CASCABEL	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	05/10/2020 a 05/10/2021	30/11/2021	1º/12/2021
1402320/2015	35666.000243/2015-93	MARINGÁ	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	20/11/2015 a 20/11/2021	20/11/2021	21/11/2021
1400149/2015	35666.000243/2015-93	CURITIBA	SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP	28/11/2015 a 28/11/2021	28/11/2021	29/11/2021

SANTA CATARINA

Número	Nº do processo	GEX	Contratado	Vigência	Fim	Data de Início
2002427/2015	35351.000157/2015-24	JOINVILLE	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	14/12/2015 a 14/06/2021	30/11/2021	1º/12/2021
2000136/2015	35346.001138/2015-94	FLORIANÓPOLIS	MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA	16/09/2015 a 16/09/2021	16/09/2021	17/09/2021
2002309/2015	35344.000376/2015-01	CRICIÚMA	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	21/09/2015 a 20/09/2021	20/09/2021	21/09/2021
2002230/2015	36796.000336/2015-03	CHAPECÓ	ADSERVIG - VIGILÂNCIA LTDA	01/10/2015 a 30/09/2021	30/09/2021	1º/10/2021
2002101/2016	35338.004086/2015-15	BLUMENAU	MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA	05/03/2016 a 05/03/2022	30/11/2021	1º/12/2021

RIO GRANDE DO SUL 1

Número	Nº do processo	GEX	Contratado	Vigência	Fim	Data de

							Início
1902421/2017	35270.000087/2017-76	NOVO HAMBURGO	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	01/11/2017 a 01/09/2021	30/11/2021	1º/12/2021	
1902105/2020	35014.199774/2020-66	CANOAS	MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	19/10/2020 a 19/10/2021	30/11/2021	1º/12/2021	
36/2020	35014.306239/2020-78	PORTO ALEGRE	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	26/11/2020 a 26/11/2021	26/11/2021	27/11/2021	
1902208/2015	35249.000224/2015-88	CAXIAS DO SUL	EPAVI SEGURANÇA LTDA – ME	13/10/2015 a 13/10/2021	13/10/2021	14/10/2021	
1902602/2019	35275.000091/2018-75	PELOTAS	EMPRESA PORTO ALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA	02/05/2019 a 02/10/2021	30/11/2021	1º/12/2021	

RIO GRANDE DO SUL 2

Número	Nº do processo	GEX	Contratado	Vigência	Fim	Data de Início
1902704/2016	35666.000245/2015-82	SANTA MARIA	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	20/06/2016 a 20/06/2021	30/11/2021	1º/12/2021
1902313/2015	35666.000245/2015-82	IJUÍ	EPAVI SEGURANÇA LTDA – ME	05/11/2015 a 31/08/2021	05/11/2021	06/11/2021
1902814/2015	35666.000245/2015-82	URUGUAIANA	LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	20/10/2015 a 31/08/2021	20/10/2021	21/10/2021
1902515/2015	35274.000398/2015-33	PASSO FUNDO	EPAVI SEGURANÇA LTDA – ME	14/10/2015 a 14/07/2021	14/10/2021	15/10/2021

7.1.1. A manutenção dos contratos vigentes até o seu término garante a segurança jurídica das contratações atuais e ainda possibilita a transição dos contratos de forma organizada, permitindo à nova Contratada o tempo necessário para contratação e registro dos funcionários, bem como demais providências que deverão ser tomadas para início dos trabalhos.

7.1.2. **O INSS poderá solicitar à CONTRATADA a antecipação da data inicialmente prevista, com aviso prévio de 30 dias.**

7.2. O início da execução dos serviços de monitoramento remoto de pronta resposta será concomitante com os serviços de vigilância ostensiva, exceto nas unidades onde não há sistema de alarme instalado (Ponta Grossa e Santa Maria), onde o início da execução se dará após solicitação formal do INSS, ficando, portanto, a execução e o pagamento dos referidos serviços suspensos até a referida solicitação.

7.3. A execução dos serviços será realizada nos endereços constantes no Anexo I - B - Endereços das Unidades.

7.3.1. A CONTRATANTE poderá solicitar realocação de postos dentro do mesmo município em caso de necessidade;

7.4. A quantidade de postos em cada unidade, bem como quantidades a serem contratadas para os serviços por demanda, constam no Anexo IV do Edital - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.

7.5. ATIVIDADES QUE COMPÕEM O SERVIÇO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA DESARMADA:

7.5.1. Os serviços de vigilância envolvem a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada que deverá exercer, no mínimo, as atividades abaixo elencadas:

7.5.2. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

7.5.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

7.5.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, exceto nas áreas destinadas à circulação da clientela previdenciária das unidades;

7.5.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, nome do condutor, horário de entrada e saída do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando possível;

7.5.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

7.5.7. Comunicar à Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio do INSS;

7.5.8. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, da melhor maneira possível, a atuação destas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

7.5.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgãos de lotação e tarefa a executar;

7.5.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela unidade;

7.5.11. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

7.5.12. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e asseado, com aparência pessoal adequada;

7.5.13. Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

7.5.14. Registrar e controlar, junto a Administração, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem com as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

7.5.15. Abrir e fechar as portas dos prédios, janelas, vitrais, etc, e proceder à vistoria dos mesmos quanto ao ponto de vista de segurança, constatando a ausência de pessoas estranhas, de acordo com orientações recebidas da Administração do INSS;

7.5.16. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

7.5.17. Zelar pela ordem e boas condições das áreas sob vigilância;

7.5.18. Organizar e orientar o tráfego de pessoas, impedindo a entrada das que se apresentem de modo inconveniente, reprimindo os maus usuários do prédio, não permitindo a ocupação total ou parcial de

halls, corredores ou outras áreas comuns, que deem acesso a extintores de incêndio ou hidrantes;

7.5.19. Aferir temperatura de servidores e usuários para ingresso nas Unidades, de acordo com a orientação recebida da Administração, ressalvados eventuais regramentos decorrentes de decisão judicial específica ou de instrumento coletivo que rege a categoria profissional envolvida na contratação dentro da base territorial onde os serviços serão desempenhados:

7.5.19.1. **Aferida a temperatura de qualquer pessoa, observar-se-á que:**

I - se a temperatura estiver dentro da normalidade ($<37.5^{\circ}\text{C}$), deverá orientá-lo quanto:

- a) a necessidade do uso de álcool em gel para higienização das mãos;
- b) a importância de manter o distanciamento mínimo de 1 (um) metro entre as pessoas; e
- c) a obrigatoriedade do uso de máscara durante todo o período em que permanecer nas dependências do INSS.

II - se a temperatura for indicativa de febre ($>37.5^{\circ}\text{C}$), deverá o aferidor reaferir a temperatura após alguns minutos, preferencialmente com outro termômetro, caso tenha disponibilidade;

III - se a temperatura se mantiver indicativa de febre ($>37.5^{\circ}\text{C}$) ou superior, o aferidor deverá:

- a) restringir o acesso desta pessoa às dependências do INSS; e
- b) sugerir que à pessoa procure uma unidade de saúde ou seu médico.

7.5.20. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

7.5.21. Intervir prontamente, sempre que se verifiquem quaisquer incidentes ou desentendimentos nas áreas sob vigilância, interna e externa, nos setores de atendimento ao público, durante ou fora do horário normal de expediente, comunicando de imediato o fato ao CONTRATANTE;

7.5.22. Em caso de alarme de detecção de incêndio ou invasão do imóvel, deverão ser adotadas todas as providências, inclusive imediatamente, acionando-se o Corpo de Bombeiros ou a Autoridade Policial mais próxima;

7.5.23. Responsabilizar-se pelo controle e uso dos equipamentos de detecção de metal, conforme orientações do INSS, devendo ligar e desligar o portal de entrada ao início e término do expediente;

7.5.24. Acompanhar e controlar a entrada e saída dos bens patrimoniais do CONTRATANTE (inclusive os que são destinados ao uso da clientela previdenciária – ex.: cadeira de rodas), por meio de instrumentos que considerar pertinentes e/ou indicados pela Administração, além de atuar, em conjunto com esta, para aprimorar as rotinas, comunicando imediatamente quaisquer ocorrências passíveis de gerar prejuízo ao patrimônio público;

7.5.25. Nas unidades que estiverem dotadas de botão de pânico ou instrumento equivalente de acionamento remoto de ocorrências, os vigilantes deverão atuar imediatamente para debelar a situação de risco verificada;

7.5.26. Os serviços deverão ser cumpridos pela CONTRATADA com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

7.5.27. Em hipótese alguma poderá ocorrer a prestação do serviço fora das dependências do INSS.

7.6. **ATIVIDADES QUE COMPÕEM O SERVIÇO DE MONITORAMENTO:**

7.6.1. **Locais, frequência e periodicidade**

7.6.2. O serviço de monitoramento eletrônico deve ser prestado de segunda a domingo, no intervalo entre as jornadas da Vigilância Orgânica já existente, ou outro a critério da Administração, na

Superintendência Regional Sul, nas Gerências Executivas do INSS e nas agências a elas vinculadas, nos postos de atendimento, conforme horário especificado **na aba "dados" da planilha do Anexo IV do Edital.**

7.6.3. Os horários indicados no ANEXO IV podem ser alterados conforme o interesse e conveniência do INSS, devendo A CONTRATADA ser previamente informada da mudança de horário, mas de forma alguma a alteração implicará em aumento no valor pago pelo INSS.

7.6.4. Descrição das atividades que compõem o objeto da contratação

7.6.5. O serviço de monitoramento dos equipamentos de vigilância eletrônica deve ser prestado nos dias e horários descritos no subitem 7.5.1, caracterizando-se pela recepção, registro, gerenciamento e averiguação dos sinais enviados pelos sistemas de alarme instalados nos imóveis do INSS à central de monitoramento da CONTRATADA;

7.6.6. A CONTRATADA monitorará os equipamentos que compõem o sistema de vigilância eletrônica do INSS, através de interligação via rede de telecomunicações que conecta os equipamentos do INSS com a sua central de monitoramento remoto.

7.6.7. O monitoramento consiste nas seguintes atividades, por parte da CONTRATADA:

- I - Providenciar o teste dos equipamentos de monitoramento do INSS para atestar a efetividade de seu funcionamento, imediatamente após a assinatura do contrato;
- II - Apresentar mensalmente, ou quando solicitado pela CONTRATANTE, relatório de ocorrências, indicando data, horário e responsável de cada arme e desarme, bem como demais eventos registrados no período, referentes a:
 - a) arme e desarme fora de expediente;
 - b) corte de energia;
 - c) bateria fraca;
 - d) disparo de alarme por sensores;
 - e) utilização da senha de coação.

7.6.8. Comunicar os eventos suspeitos, ou outros que sejam previamente definidos pelo INSS, quando de sua ocorrência, e acionar as autoridades competentes em caso de emergência.

7.6.9. Instruir os vigilantes da empresa que presta os serviços de vigilância orgânica no INSS, fornecendo senhas, para que ao fim e ao início de seu expediente, armem e desarmem, o sistema monitorado;

7.6.10. Fornecer senha, com explícita autorização do INSS, aos usuários designados para ativar e desativar o sistema de vigilância eletrônica;

7.6.11. Realizar testes mensais para verificar e atestar a regularidade de funcionamento dos equipamentos, acessórios e recursos que se façam necessários para a boa prestação do serviço, assumindo total responsabilidade pelo monitoramento dos equipamentos de vigilância eletrônica nos imóveis sob contrato e arcando integralmente com eventuais ônus decorrentes da inobservância desta obrigação, sem que isso implique custo adicional para o INSS;

7.6.12. Comunicar, imediatamente, ao INSS qualquer evento que venha a constatar quando da realização dos testes que possa prejudicar a efetivação do monitoramento contratado;

7.6.13. Em caso de constatação de pane, ou sempre que necessário, realizar novamente os testes aqui previstos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após tal constatação;

7.6.14. Em caso de acionamento de alarme, sem se tratar de simulação ou de autorização prévia das pessoas habilitadas, **a empresa deverá enviar um agente tático ao local do acionamento. Se constatar qualquer irregularidade ou situação suspeita o agente deverá permanecer no local e:**

- I - Acionar a Polícia Militar, detalhando as ocorrências;
- II - Acionar a Delegacia de Polícia Civil mais próxima do local de ocorrência;
- III - Acionar o Corpo de Bombeiros, em caso de incêndios.

7.6.15. Após o acionamento do alarme o agente tático da empresa tem o dever de chegar ao local de monitoramento em até 20 (vinte) minutos e tomar as providências descritas no item anterior. **Atrasos na chegada do agente tático ou demora no acionamento das autoridades acima elencadas poderão ensejar a aplicação de penalidades na forma do Item 15 deste Termo de Referência.**

7.6.16. Sempre que for chamada qualquer das autoridades acima, o agente tático deverá comunicar imediatamente o Gerente da Agência da Previdência Social - APS da localidade. A lista contendo a identificação dos Gerentes das APS e seus contatos será entregue à CONTRATADA após a assinatura do contrato.

7.6.17. Se o agente tático constatar a desnecessidade de acionamento de qualquer das autoridades, deverá desligar o alarme, fazer ronda detalhada do perímetro e reacionar o alarme.

7.6.18. Os agentes táticos serão indicados pela CONTRATADA, podendo ser empregados da própria empresa ou empregados de outros serviços de vigilância com os quais a CONTRATADA tenha relacionamento. A CONTRATADA é inteiramente responsável pela indicação de seus agentes táticos, não havendo formação de qualquer espécie de vínculo empregatício ou responsabilidade por parte do INSS.

7.6.19. Quando o acionamento do alarme ocorrer por simulação ou através de pessoas habilitadas, solicitar a identificação do responsável através da senha, comunicando previamente em caso de simulação e imediatamente em qualquer outro caso, ao fiscal do contrato ou a um dos responsáveis pelo patrimônio, conforme relação a ser fornecida pelo INSS no início do contrato.

7.6.20. Do fornecimento de meio de comunicação

7.6.21. O serviço de monitoramento dos equipamentos de vigilância eletrônica deve ser prestado com canais de conexão remoto **fornecidos pela CONTRATADA**.

7.6.22. O meio de comunicação remota digital pode ser por canal físico (circuitos de dados, linha telefônica digital ou fibra óptica) ou sem fio (rede de telefonia, satélite ou wi-fi metropolitano), a critério da CONTRATADA, desde que **plenamente compatível com os equipamentos centrais de alarme e servidores instalados nos imóveis da CONTRATANTE**, podendo ser, entre outros, dos tipos:

- a) linha telefônica analógica;
- b) linha telefônica digital;
- c) comunicação por internet cabeada (circuitos de dados, fibra óptica..etc);
- d) comunicação sem fio pela rede celular (GPRS,4G, Wi-fi Metropolitanos, satélite..etc);

7.6.22.1. Caso a Contratada opte por comunicação sem fio ou circuito de dados, deverá fornecer, instalar e configurar, sem custo ao INSS, os Módulos/Placas adaptadores das respectivas tecnologias. Estes módulos integrarão a solução de comunicação remota entre central do Contratante e Contratada.

7.6.23. No caso de opção pela **linha telefônica analógica padrão de par metálico, ou linha telefônica digital ISDN** (Integrated Service Digital Network ou RDSI - Rede Digital de Serviços Integrados) a infraestrutura de suporte e encaminhamento da fiação deve ser fornecida pela contratada.

7.6.24. **Não será fornecida linha telefônica da CONTRATANTE** para a prestação dos serviços pela CONTRATADA.

7.6.25. No caso de opção por **transmissão de dados via internet (circuito de dados)**, a CONTRATADA deverá fornecer o circuito e a infraestrutura de conexão à Rede, sendo essa composta por modem cabeado, por sistema de antenas, par trançado ou fibra óptica ou qualquer outro método tecnicamente possível de acesso à internet, por meio de cabeamento de par trançado com conexão RJ-45 em Ethernet à central de alarme. Esta tecnologia deverá ser fornecida com o módulo/transceiver integrando a central do contratante, sem custos adicionais ao INSS.

7.6.26. Em hipótese alguma será permitida a utilização da rede de dados do INSS para a conexão via internet de Centrais de alarme à central de monitoramento da CONTRATADA.

7.6.27. No caso de opção por comunicação **sem fio pela rede celular**, esta deve operar por meio de **tecnologia GPRS** (General Packet Radio Services - Serviços Gerais de Pacote por Rádio) ou outro sistema disponibilizado pelas operadoras de celular, sempre fornecido com o módulo GPRS para as centrais de alarme do INSS, sem custos adicionais à instituição.

7.6.28. Cabe à CONTRATADA **observar se o modelo de Central de Alarme disponível em cada edificação e apresentar a melhor solução** técnica operacional à instituição.

7.6.29. A CONTRATADA poderá instalar diferentes sistemas de meios de comunicação nos diferentes edifícios da CONTRATANTE, sempre visando a melhor solução naquela região.

7.6.30. Em caso de reiteradas perdas de comunicação ou outras situações tecnicamente justificadas, a CONTRATADA deverá, perante solicitação da CONTRATANTE, alterar o meio de comunicação originalmente fornecido de forma a sanar o problema.

7.6.31. É permitido à CONTRATADA, de forma a prover o serviço de forma satisfatória, fornecer central de alarme própria, durante a vigência do contrato, **sem ônus de qualquer tipo ao INSS**, caso a CONTRATADA entenda que essa metodologia é tecnicamente adequada à execução do objeto.

7.6.32. No caso do disposto do item anterior, a CONTRATADA deverá realizar as novas conexões físicas e reconfigurar a central, devendo refazer as conexões anteriores com a central da CONTRATANTE ao término da vigência contratual.

7.6.33. A CONTRATADA deve considerar a disponibilização, instalação e configuração dos meios telecomunicações, bem como os módulos adaptadores de centrais de alarme, na composição de custos apresentada na proposta.

7.6.34. Em qualquer caso, os preceitos de segurança da informação devem ser considerados, levando em conta a **disponibilidade, integridade e confiabilidade** do sistema.

7.6.35. Equipamentos instalados

7.6.35.1. A especificação dos equipamentos instalados nos edifícios da Superintendência Regional SUL, Gerências Executivas e unidades vinculadas constam no ANEXO I - A ao Termo de Referência.

7.6.36. Configuração do sistema

7.6.36.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração da central de alarme pertinente ao meio de comunicação e tecnologia escolhida, no início do Contrato e sempre que se fizer necessário, mediante solicitação do INSS, quando da alteração da quantidade e local dos sensores ou outras necessidades técnicas.

7.6.37. Do monitoramento remoto dos dispositivos de vigilância eletrônica

7.6.37.1. A prestação de serviços de monitoramento remoto do sistema de vigilância eletrônica pré-instalado, ou a instalar, nos imóveis do CONTRATANTE, conforme Anexo I-B do Edital, será realizado de forma contínua, ou conforme melhor técnica que se adeque ao sistema implantado pelo CONTRATANTE, com o fito de identificar possíveis sinistros, violações e/ou ocorrências nos imóveis deste, e permitir a adoção de medidas necessárias, da forma que se segue:

I - prestar os serviços de monitoramento remoto por profissionais treinados no curso da execução contratual;

II - executar os serviços de monitoramento remoto do sistema de vigilância eletrônica mesmo quando ocorrerem mudanças de locais a serem monitorados, desde que esses se localizem nos municípios da jurisdição do CONTRATANTE;

III - ativar e desativar remotamente, se tecnicamente possível e assim solicitado, o sistema de vigilância eletrônica nos horários preestabelecidos formalmente pelo CONTRATANTE;

IV - monitorar a ativação e a desativação do sistema de vigilância eletrônica quando efetuado por servidor ou terceirizado previamente habilitado, ou quando acionado remotamente, se tecnicamente possível,

conforme estabelecido pelo CONTRATANTE;

V - em caso de ocorrência, identificar o local de origem e avaliar o sinal de alarme, e em se tratando de ocorrência real, tomar as providências necessárias, em especial, realizar ronda e/ou acionamento do serviço de pronta resposta, conforme melhor técnica que se adeque ao sistema implantado pelo CONTRATANTE;

VI - se constatada alguma ocorrência pelo serviço de pronta resposta, a CONTRATADA deverá acionar, de imediato, a autoridade policial competente e outros contatos indicados pelo CONTRATANTE, adotando-se, ainda, as providências necessárias para garantir o imóvel;

VII - colaborar com as autoridades policiais, facilitando no que for possível a atuação destas;

VIII - comunicar, de imediato, ao CONTRATANTE acerca de qualquer anormalidade, defeito ou inconformidade do sistema de vigilância eletrônica implantado, inclusive se constatado por monitoramento remoto; e

IX - em caso de falha na conexão ou não recebimento de dados de qualquer instalação no sistema implantado, tomar as providências necessárias, informando de imediato ao CONTRATANTE; e

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. A gestão dos Contratos será realizada na Superintendência Regional Sul - INSS.

8.2. O período de aferição do contrato será do dia 20 do mês em curso ao dia 19 do mês subsequente.

8.3. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico e/ou administrativo, quando houver, e o recebimento definitivo ficará a cargo do gestor do contrato.

8.4. Os serviços serão avaliados pelo Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme modelo previsto no Anexo IX do Edital.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Por funcionário:

- a) 1 (um) Cassetete/Tonfa Fibra de Carbono
- b) 1 (um) Cinto Tático
- c) 1 (um) Crachá de PVC com jacaré.
- d) 1 (um) Porta cassetete/Tonfa de nylon
- e) 1 (um) apito com cordão;
- f) EPIs conforme necessidade

9.1.2. Por unidade/prédio:

- a) 1 (um) detector de metais portátil;
- b) 2 (dois) livros de ocorrência em capa dura (por ano);

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Nos preços oferecidos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, bem como a responsabilidade civil por quaisquer danos causados ao INSS ou a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais.

10.2. Na execução dos serviços, deverão ser observadas rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização do INSS.

10.3. A proposta de preço para VIGILÂNCIA ORGÂNICA deverá apresentar as planilhas de custos para todos os postos, individualizados, considerando o ISS do local de prestação do serviço e o valor do VT do município. Este será considerado como valor do contrato.

10.4. Os postos 12 x 36 horas deverão ter intervalo para descanso indenizado para que não ocorra abandono do posto durante o trabalho.

10.5. Para os equipamentos fornecidos para vigilância orgânica, deverá ser adotada a depreciação residual, de modo a evitar que a Administração efetue o pagamento dos custos totais dos equipamentos alocados na prestação de serviços.

10.6. Os dispositivos de vigilância eletrônica são de propriedade do INSS, cabendo à contratada tão somente seu monitoramento.

10.7. Tendo em vista a expectativa de prorrogação dos contratos não foi cotada na planilha estimativa a rubrica "férias" no módulo 2. Caso a licitante opte por cotar, quando da prorrogação contratual, esta rubrica torna-se custo não renovável.

10.8. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços, que não poderá ser superior a 1,94% (Acórdão TCU 1.586/2018).

10.9. A partir do segundo ano da contratação o percentual máximo desta parcela será de 0,194%, ou 10% do percentual cotado, conforme a Lei nº 12.506/2011 (Acórdão TCU 1.586/2018).

10.10. Ainda à luz do entendimento do TCU (Acórdãos Plenário nº 963/2004, 1186/2017 e 49/2018), os demais valores dos encargos trabalhistas indicados na planilha, com base em estatística, estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v.g., aviso prévio indenizado, ausências legais, ausências por acidente de trabalho, licença maternidade/paternidade, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.

10.11. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 (Orientação Normativa SLTI/MP nº 3, de 10 de setembro de 2014).

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

- a) 4 (quatro) camisas social manga curta/longa com logotipo;
- b) 2 (duas) calças táticas;
- c) 1 (uma) jaqueta/casaco de nylon;
- d) 1 (um) boné em brim com logotipo;
- e) 1 (um) par de coturno em couro.

11.2.1. A lista constante no item 11.2 deverá ser adequada conforme CCT vigente.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos na convenção ou acordo coletivo de trabalho.

11.4. Deverá ser fornecido, no mínimo, um conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a

qualquer época, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista. Em situações excepcionais a remuneração do contrato será efetuada na forma de horas eventuais diurnas ou noturnas, conforme o caso;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
 - 13.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
 - 13.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - 13.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - 13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação

pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.12. Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16. *Excepcionalmente, em determinadas contratações, podem ser exigidos os atestados de antecedentes criminais ou outros que forem pertinentes, apenas quando imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.*

13.17. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.18. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.21.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.21.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.21.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.22. Manter preposto aceito pela Administração, na sede da Contratada, com disponibilização de contatos (e-mail, celular, telefone), para representá-la na execução do contrato;

13.23. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.24. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.24.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.24.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.24.3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.28. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura

do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.40.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.40.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.40.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.41. Substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas quaisquer equipamentos que porventura sejam **danificados pelos seus colaboradores**, inclusive por uso irregular daqueles de propriedade do INSS ou de terceiros, de forma que não haja prejuízo na prestação dos serviços.

13.42. Enviar inspeção externa para atendimento no local quando do acionamento do alarme. O terceirizado deverá chegar ao local do chamado em até 20 (vinte) minutos do acionamento.

13.43. Manter para a execução contratual Supervisores na proporção de 1 para cada 40 postos, conforme item 6 do Anexo VI-A da IN Seges 05/2017. Tais supervisores não necessariamente precisam atuar exclusivamente no Contrato (postos sem dedicação exclusiva de mão de obra) e, portanto, os custos deverão estar inseridos em custos administrativos, não devendo figurar como Postos nas planilhas de Custos.

13.44. Mensalmente, a contratada deverá supervisionar *in loco* a mão de obra alocada em cada um dos postos de trabalho a fim de verificar o correto desempenho das atividades, bem como prestar orientações às questões pertinentes. Na oportunidade, o supervisor deve apresentar formulário, elaborado à critério da Contratada, devendo conter identificação do supervisor, dos vigilantes alocados no posto, dia e horário da realização da supervisão, além de outros dados que a contratada entender necessários. Tais formulários, devidamente assinados e carimbados pelo supervisor da contratada e pelo gestor/co-gestor ou outro servidor designado da contratada, deveram ser apresentados em conjunto com a Nota Fiscal de Prestação de serviços, comprovando assim a realização da supervisão.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, *somente para o serviço de monitoramento remoto*, sem prejuízo das suas responsabilidades.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

I - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

III - exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

16.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

- 16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.7.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- 16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- 16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.7.3.6. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no item “16.7.3.6” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.14.1. **Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):**

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - I - relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - II - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - III - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - IV - declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.14.2.

Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14.3.

Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.14.4.

Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.15. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.17. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.18. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.18.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.25. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.29. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.32. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.33. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.34. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.35. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.36. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.37. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.3. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobretestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da

contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proportional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6 / 100)/365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não

demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.10. Os dispositivos acima referentes à Conta-vinculada entrarão em vigor após celebração do convênio entre o INSS e Instituição Bancária.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação

para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajuste *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)*, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajuste de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria e ainda as orientações contidas no Parecer 000031/2019/CLIC/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU constante no Anexo X do Edital.

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12. Será considerada extinta a garantia:

21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5. cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de:**

22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado do item em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado do item, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado do item, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada resarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são os previstos no item 9.11 do Edital;
- 23.4. O critério de aceitabilidade de preços devem ser aqueles máximos estabelecidos no Termo de Referência.
- 23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo.
- 23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 24.1. O custo máximo estimado da contratação é de **R\$ 46.141.208,16 (quarenta e seis milhões cento e quarenta e um mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos)**, conforme tabela constante no item 1.1.
- 24.2. Tal valor foi obtido a partir do preenchimento de planilhas de custos e formação de preços.
- 24.3. Para o serviço de Vigilância Ostensiva com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado foi determinado com a utilização da convenções coletivas de trabalho dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, das tarifas de vale transporte e das alíquotas do ISS vigente em cada município onde será prestado o serviço.
- 24.4. Para obtenção dos custos da parcela dos insumos (uniformes, EPIs e equipamentos) foram realizadas pesquisas de preços, observando os parâmetros estabelecidos na IN nº 73, de 5 de agosto de 2020.
- 24.5. A pesquisa de preço obtida foi ordenada numericamente e avaliada de forma crítica pela Administração com exclusão dos valores excessivamente elevados e dos inexequíveis.
- 24.6. Para o serviço de monitoramento remoto, foi adotada a média dos valores encontrados na pesquisa de preços realizada. A estimativa de preços foi obtida no GCWEB, utilizando-se dos preços médios praticados nas contratações em execução nas Gerências Executivas do INSS a nível da Superintendência Regional Sul, visto que as especificações dos equipamentos pesquisadas são as mesmas especificações dos equipamentos que se deseja contratar com o presente certame.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 25.1. Gestão/Unidade: 57202/510181
- 25.2. Fonte:
- 25.3. Programa de Trabalho: 09.122.0032.2000.0001
- 25.4. Elemento de Despesa: 3390.37.00 / 3390.39.00
- 25.5. PI: VIG - VIGILANCIA CONVENCIONAL E ELETRONICA

26. DOS ANEXOS

- 26.1. Anexo I A - Especificações dos equipamentos de Monitoramento Existentes
- 26.2. Anexo I B - Endereços das Unidades - SEI [3980010](#)
- 26.3. Anexo I C - Estudo Técnico Preliminar - SEI [4308274](#)

Florianópolis, 20 de julho de 2021.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I - A - ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO EXISTENTES

1. A Especificação dos Equipamentos de monitoramento (sistema de alarme) existentes, quando da aquisição, foi o seguinte:

1.1. **Especificação Mínimas da Central de Alarme Sem fio:**

1.1.1. Central de alarme monitorada com no mínimo 4 zonas/setores com fio e 20 zonas/setores sem fio;

1.1.2. Comunicação entre os sensores e teclado sem fio já incorporados na central de alarme;

1.1.3. Faixa de frequência de operação na faixa de 433 Mhz;

1.1.4. Aceitar inserção de módulo repetidor multi sensores sem Fio para ampliação do alcance dos sensores e teclados na faixa de frequência de 433Mhz;

1.1.5. Comunicação via linha telefônica;

1.1.6. Tempo de entrada e saída programáveis;

1.1.7. Monitoramento e Discagem via Linha telefônica ;

1.1.8. Detecção de corte da linha telefônica;

1.1.9. Monitoramento/ Comunicação Ethernet TCP/IP do cliente para eliminação de custos com ligações locais ou interurbanas geradas pela comunicação via linha telefônica;

1.1.10. Deve acompanhar 1 teclado LCD e capacidade de expansão para até 4 teclados simultaneamente ;

1.1.11. Mínimo 32 usuários com senhas distintas;

1.1.12. Deve aceitar programação via software com cabo, teclado ou remotamente;

1.1.13. Deve possuir saída PGM programável;

1.1.14. Permita verificação de eventos ocorridos na central;

1.1.15. Sistema de zona inteligente programável;

1.1.16. Monitoramento do sinal : Deve fazer supervisão periódica dos sensores pela central, isso possibilita a detecção do sensor fora de alcance;

1.1.17. Sistema de verificação de sabotagem;

1.1.18. Manual de informações em português;

1.1.19. Temperatura mínima de operação de 0ºC a +50ºC;

1.1.20. Dever vir com transformador ou retificador de modo que trabalhe em nível Vdc ligado na rede convencional Vac.

1.1.21. Referências : Central Intelbras AMT 2018, Central JFL Active 32 e Central Positron HM220 RF.

1.2. **Especificação Mínimas do Repetidor sem fio:**

1.2.1. O Repetidor deverá aumentar de forma considerável o alcance da central de Alarme;

1.2.2. Deverá trabalhar na faixa de frequência de 433 Mhz;

1.2.3. Capacidade para suportar múltiplos dispositivos sensores sem fio;

1.2.4. Rápido cadastramento dos Transmissor;

1.2.5. Supervisão de interferência RF;

- 1.2.6. Alimentação: AC de 9 a 18 VAC;
- 1.2.7. Temperatura de Operação: 0 a 50 °C;
- 1.2.8. Alcance mínimo de 40 metros sem obstáculos .
- 1.2.9. Referências : Intelbras XAR 2000, Paradox MG-RPT1.
- 1.3. **Sensor de presença Infravermelho sem fio**
- 1.3.1. Frequência de operação 433,92 Mhz;
- 1.3.2. Detecção mínima de 10 metros ;
- 1.3.3. Detecção mínima de 88,5°(ângulo);
- 1.3.4. Informação de detecção via LED;
- 1.3.5. No mínimo 2 níveis de sensibilidade;
- 1.3.6. Análise e tratamento do sinal;
- 1.3.7. Alcance de Transmissão de no mínimo 100 metros;
- 1.3.8. Alimentação com bateria de Lithium 3V ou bateria 9 VDC ;
- 1.3.9. Tempo de estabilização inicial no máximo 90 segundos;
- 1.3.10. Consumo de Transmissão até: 30 mA.
- 1.3.11. Referências: SENSOR IVP SEM FIO - VSEG I-200 , Sensor de alarme JFL modelo Pet 510, IVP 2000 SF (Intelbras).
- 1.4. **Sensor Magnético de portas e janelas**
- 1.4.1. Frequência 433Mhz ;
- 1.4.2. Alcance RF de no mínimo 80 metros (sem obstáculos);
- 1.4.3. Transmitir abertura e fechamento;
- 1.4.4. Baixo consumo de energia (média de 10 mA em operação);
- 1.4.5. Baixo tempo de estabilização;
- 1.4.6. Led de indicação visual;
- 1.4.7. Bateria de Lithium com no mínimo 3 Vdc;
- 1.4.8. Tipo embutir ou sobrepor, montagem parafusada ou embutida;
- 1.4.9. Referências: XAS 4000 Smart , Sensor magnético sem fio SL-210 JFL, Sensor magnético para Alarme S/Fio VSEG A200 Slim Bateria de Lithium
- 1.5. **Sirene Piezelétrica**
- 1.5.1. Potência audível mínima de 120 dB;
- 1.5.2. Potência elétrica: 2,4 Watts;
- 1.5.3. Tensão: 11 a 13,8 Volts;
- 1.5.4. Consumo: 200 mA a 1 Ampere; e
- 1.5.5. Som agudo;
- 1.5.6. Tipo embutir ou sobrepor, montagem parafusada ou embutida;
- 1.5.7. Cor preta ou branca.
- 1.5.8. Equalização entre as sirenes instaladas em cada localidade de modo que, no momento de disparo dos alarmes e sirenes, não sejam ultrapassados os níveis de som medidos em (dB) permitidos na legislação vigente.

2. O equipamento instalado na maior parte das Unidades do INSS - SRIII é o AMT 2018 E - Intelbrás, ou equivalente. A especificação deste modelo pode ser consultada através do seguinte endereço:

<https://www.intelbras.com/pt-br/central-de-alarme-monitorada-com-18-zonas-amt-2018-e>



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN ZENKER, Analista do Seguro Social**, em 20/07/2021, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA DA SILVA, Técnico do Seguro Social**, em 20/07/2021, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA TERRES CARNEIRO, Analista do Seguro Social**, em 20/07/2021, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR GOMES MIRON, Analista do Seguro Social**, em 20/07/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4307700** e o código CRC **1719F68B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.057576/2021-15

SEI nº 4307700

Criado por [vivian.zenker](#), versão 9 por [vivian.zenker](#) em 20/07/2021 15:20:00.